

A opção pela literatura de massa: simples lazer, ou alienação?

LÍGIA MARIA MOREIRA DUMONT

Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de

Minas Gerais, Brasil. Doutora em Comunicação

E-mail: dumont@eb.ufmg.br

RESUMEN

Demuestra los argumentos defendidos por las líneas dicotómicas de estudiosos de los efectos de la literatura de masas: la primera, denominada alienadora, conduce a la acomodación; la otra en contrapartida, amortigua esos efectos afirmando que por ínfima que sea, toda lectura aumenta en algo el acervo de conocimiento del lector, de acuerdo con su vivencia. Presenta una fundamentación teórica de ciertos autores que investigan la literatura de masas, destacando la trayectoria de los folletines (novelas rosas) en la sociedad occidental y el papel que éstos ejercen en la divulgación de problemas sociales.

Palabras clave: Literatura popular; Lectura.

*AN OPTION FOR POPULAR LITERATURE: A SIMPLE
PASTIME OR ALIENATION?*

LÍGIA MARIA MOREIRA-DUMONT

ABSTRACT

The article exhibits arguments presented in research regarding the effects of popular literature. On one side, called alienating, this literature leads to accommodation; on the other, in contrast, is the affirmation that, however insignificant the material, all reading leads to some broadening of the reader's knowledge, in accord with his or her experience. The theories of several authors who research popular literature are presented with special emphasis on pulp fiction in Western society and the role these play in the dissemination of social problems.

Key Words: Popular Literature; Reading.

Artículo

Trabajo recibido el
13 de marzo
de 2000
*
Trabajo
aceptado el
13 de junio de 2000

Uma das questões mais discutidas atualmente pelos cientistas que analisam os efeitos que a literatura de massa¹ pode estar ocasionando sobre os seus leitores, é se esta acrescenta algo positivo à sua vivência, além da satisfação da necessidade de lazer; ou se, ao contrário, a ação é uma tentativa de escapar da dura realidade

1 Entende-se como literatura de massa os livros de ficção, romances, tipo *best sellers* e os de bolso, normalmente vendidos em bancas de revistas.

do dia-a-dia, através de um mecanismo de evasão. Conforme os estudiosos, a fuga provoca a alienação do sujeito, tornando-o um leitor passivo, não questionador. Essa é uma longa discussão, que até a presente data não teve uma resposta concreta, irrefutável. Alguns combatem ardorosamente a literatura de massa, taxando-a de alienadora, e culpando-a de não incitar o leitor a observar e questionar os problemas que o circundam, trazendo, pelo contrário, a acomodação. Em contrapartida, existe uma ala mais moderada que, mesmo reconhecendo que essa literatura não possui os padrões desejáveis da literatura como arte informativa e enriquecedora sua leitura permite, através da ótica de cada leitor, do seu contexto, que algo se aproveite, por ínfimo que seja, vindo então a acrescentar informações à sua vivência. Claro que isso depende do nível de informação de cada leitor, de sua bagagem textual, da vivência, do momento, do seu contexto terem a ver com as informações trazidas pelo texto. Acredita-se, segundo esses teóricos e pesquisadores, que qualquer leitura possui um potencial a acrescentar, a informar, e nunca a apaziguar o sujeito, a embrutecê-lo, a regredi-lo. Quanto mais ler, mais informações o sujeito possuirá para discernir em situações que se lhe apresentem no futuro.

A primeira dificuldade, quando se começa a indagar a respeito dos valores cognitivos que afloram na leitura de qualquer tipo de romance, é a tentativa de identificar os elementos do discurso que podem ser verídicos e os que podem ser falsos. OLSEN (1979) explica que, no discurso ordinário, a distinção se faz através dos enunciados constituídos por frases que possuem uma forma sintática característica, identificada como informativa. Alternativamente, pode ser atribuída a algum outro tipo de enunciado, cuja função primordial não é informativa mas que, não obstante, dispõe de um elemento informativo. Frases de todos os tipos, representativas de diferentes atos verbais, encontram-se em todas as obras literárias, sendo razoável supor que essas proporcionam conhecimento por conterem, às vezes de forma implícita, afirmações verídicas. Trata-se, pelo menos, de uma versão inteligível da opinião adotada por teóricos influentes de que as obras literárias proporcionam conhecimento. A tese de que a obra literária é uma fonte de conhecimento pode ser discutida melhor com relação à interpretação de que uma obra literária apresenta ao leitor afirmações que podem ser verdadeiras ou falsas, segundo o autor.

O autor explica que a naturalidade e a verossimilhança dos romances não precisam ser comparadas à realidade, mas, simplesmente medidas em relação ao que é natural, dentro do mundo da obra; o desejo da verossimilhança pode ser visto como resultado de adequação artística num contexto especial. Natural pode ser o que é artisticamente adequado e não o que é fiel à vida. Isso não significa, porém, que a qualidade do conteúdo seja irrelevante para a avaliação da obra. O conteúdo não deve ser trivial, mas envolver preocupações humanas centrais não aquelas definidas pela literatura mas as que possuem raízes plantadas fora dela.

Torna-se possível delinear a tendência dos estudos da leitura. Postulava-se anteriormente que a ação de ler sempre acrescenta algo à vivência do leitor, convertendo-se, ou traduzindo-se, em boas ou más influências. O enunciado da afirmativa, ou

seja: a leitura sempre acrescenta algo, continua o mesmo. O que vem mudando é a consequência da afirmação: do efeito bipartido e maniqueísta para um único saldo positivo. Independentemente do cabedal de conhecimentos do leitor, e de ser o texto portador ou não de qualquer tipo de ideologia, as novas informações são processadas, comparadas com as anteriormente recebidas, reelaboradas e o resultado final será uma nova informação. O principal fator que vem provocando a mudança de paradigma é a subjetividade do leitor, considerado como um componente decisivo na interpretação dos textos. De receptor passivo dos conteúdos plurais do texto, com perfil delineado, plano, passa a agente ativo. Descobre-se que o leitor é também plural e sua leitura vai depender da sua subjetividade, e não do discurso contido no texto. A propósito, pode-se citar o exemplo clássico do livro de Eugène Sue, *Os mistérios de Paris*, que, escrito com o intuito de enaltecer o dandismo parisiense, acabou sendo aceito pelo proletariado.

Longe se está de poder aferir com precisão matemática os efeitos da leitura sobre a vivência dos leitores, particularmente os de romances. Diversas variáveis desses efeitos são colocadas pelos autores que discorrem sobre o assunto e algumas delas são dicotômicas e excludentes. Em geral, as críticas feitas à leitura dos romances de séries é de que estes se incluem entre os produtos da cultura de massa, recebendo portanto as mesmas críticas a eles direcionadas, no que se refere aos efeitos sobre os consumidores. São considerados como instrumentos de dominação tremendamente eficazes, uma vez que homogeneizam os gostos, inibindo o questionamento e a criatividade, além de transmitirem o discurso da classe dominante, induzindo o leitor a nele acreditar como sendo o mais correto. Outra crítica à leitura de massa é de que funciona como forma de catarse, fuga, escapismo ou evasão, proporcionando uma espécie de ópio, a alienação e utilizando para isso alguns mecanismos, tais como o reconhecimento e a consolação, através do final feliz.

Os mais ardorosos críticos à cultura de massa foram, sem dúvida, os componentes do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, fundado em 1926. Seus principais pensadores Marcuse, Adorno, Horkheimer e Benjamin, criadores da **Teoria Crítica** sustentam que a cultura de massa é manipulada pela própria dinâmica da evolução da indústria e que a técnica utilizada pela indústria cultural foi deliberadamente desenvolvida pelas classes dominantes. A manipulação se aplica de forma a condicionar o sujeito a pensar segundo o que vem de fora, o que o leva a um processo de alienação. Os adeptos da Escola de Frankfurt são muito pessimistas e não deram solução para os problemas detectados, tendo desenvolvido uma teoria monolítica. Não se pode deixar de ressaltar a riqueza de reflexão da Teoria Crítica, considerando o contexto da época: uma Alemanha à beira do nazismo e da perseguição semítica.

Com relação às publicações classificadas como populares, STEIN (1972) vai além ao afirmar que o problema é que ninguém desconfia de histórias em quadrinhos, romances de espionagem e sentimentais, que são instituídos para o lazer. A pretendida cultura popular é o lugar privilegiado para a difusão de ideologias dominantes.

Nesse mesmo sentido se desenvolve o artigo *O sucesso do marketing popular*, publicado na revista *Marketing* (1989), no qual se enfatiza que os publicitários da área editorial 'descobriram alguns achados impactantes'. Um deles, altamente significativo, afirma que o vínculo entre leitor e revista popular é prioritariamente emocional. Existem revistas que são lidas em estado de alerta, quando toda a razão e o poder crítico do leitor estão em ação: são revistas percebidas como instrumentais, como meios para alcançar objetivos pré-determinados. A revista popular, ao contrário, tem a ver com um problema que todos vivem de forma parecida nos centros urbanos: a necessidade de relaxamento, de descarregar tensões, de recuperar energia. O momento de leitura da revista popular de descontração, em que o leitor baixa sua guarda e permite que o imaginário flua é o que a diferencia das demais revistas. Este é, segundo o depoimento de um diretor de publicidade de revista popular, o 'horário nobre na revista.'²

Outro rótulo pejorativo imputado à leitura popular, é de que ela promove a evasão termo comumente empregado, mas nem sempre explicitado adequadamente em que uma nuance entre desprezo e desafio é bastante arbitrária. Na realidade, toda leitura, em princípio, permite uma evasão; mas, há diversas maneiras de se evadir e o essencial é saber do quê e em que direção se está evadindo.

Eco (1991), tem uma posição bem clara ao defender a polissemia da leitura em geral, mas se mostra bastante crítico quanto à leitura de massa, ao definir o mecanismo de promover a evasão como:

[...]aquele elemento de jogo previsto e de redundância absoluta, típico da comunicação de massa. Perfeitas em seu mecanismo, tais máquinas representam estruturas narrativas que trabalham sobre conteúdos óbvios e que não aspiram a declarações ideológicas particulares. O fato é que, porém, tais estruturas conotam inevitavelmente posições ideológicas e que essas posições ideológicas não derivam tanto dos conteúdos estruturais quanto do modo de estruturar narrativamente os conteúdos. (p.171)

Já Zérafra (1971) possui uma postura menos radical e diz que não importa saber para onde o leitor está evadindo, mas certamente é para a liberdade: determinista ou anti-determinista, o romance organiza, harmoniza, ressocializa, realiza o desejo, o prazer e, sobretudo, a imaginação. Tal observação se fundamenta na constatação de que o romance mantém-se atado ao discurso social, seja este qual for, conservando como unidade de medida a lógica dos acontecimentos da sociedade.

Outro efeito atribuído à leitura dos romances é o de catarse, provocado pelo caráter reacionário e moralista da trama tipo folhetinesca. Ao final da leitura, há uma sensação de alívio, tudo dá certo conforme a moral vigente e essa impressão, segundo alguns autores, tem função catártica. Termo advindo da *Poética* de Aristóteles,

2 Entrevista concedida a Ana Maria Fadigas e Sônia Novinski, publicada na revista *Marketing*, São Paulo, n.192, p.41, set. 1989.

trata-se do pólo mais acabado da libertação promovida pela criação artística. A representação da tragédia, sempre concentrando e intensificando diferentes sentimentos como o ódio, o medo, o remorso, chega até o transbordamento; daí a necessidade de libertar o povo do sofrimento através da autocondenação, como no exemplo clássico de Édipo. A leitura catártica tem uma estrutura linear que atinge facilmente os leitores. É assim que, segundo Eco (1991), ela se torna veículo de ideologias reformistas, como no caso dos Super-heróis.

Torna-se imprescindível questionar se há incorporação do leitor no papel do herói ou da heroína, durante ou mesmo após o ato da leitura. Certo é que a trama de um romance pode ser vivida intensamente naquele momento e levar o leitor a sentir várias emoções: sentimentos de alegria, dor, piedade e revolta são as maiores constantes nos romances e o leitor as experimenta, como se fossem consequência de fatos genuinamente reais; isto não quer dizer que se corporificou no papel da personagem. São nuances que devem ser esclarecidas, pois o leitor não se incorpora no contexto da trama, ou no herói, inocentemente, nem participa integralmente do desenrolar da trama, sem separar estes dois mundos. Adorno e Horkheimer (1985) reconhecem que existe regozijo de um sujeito com a felicidade de outro; entretanto, colocam que este reconhecimento não é total: o leitor não personifica integralmente uma personagem com a qual se identifica. Para ilustrar, os autores citam o caso das *starlets*, lançadas em grande escala pelos estúdios cinematográficos, em meados deste século:

[...]ela deve simbolizar a empregada de escritório, mas de tal sorte que, diferentemente da verdadeira, o grande vestido de noite já parece talhado para ela. Assim, ela fixa para a espectadora, não apenas a possibilidade de também vir a se mostrar na tela, mas ainda mais enfaticamente a distância entre elas. Só uma pode tirar a sorte grande, só uma pode se tornar célebre, e mesmo se todos têm a mesma probabilidade, esta é para cada um tão mínima que é melhor riscá-la de vez e regozijar-se com a felicidade do outro, que poderia ser ele próprio e que, no entanto, jamais é. [...] Mesmo quando a indústria cultural ainda convida a uma identificação ingênua, esta se vê imediatamente desmentida. Ninguém se perde de si mesmo. (p.136)

Quanto aos mecanismos utilizados por escritores da literatura de massa, destacam-se os artifícios da consolação, eficientes nos romances folhetinescos, onde tudo acaba exatamente como se desejava que acabasse. Referenciando-se a mais essa característica, Eco (1991), afirma que:

[...]seria hipócrita ocultarmos os prazeres que propicia: no final, porque ele representa o enredo no estado puro; ileso e livre de tensões problemáticas. Cumpre reconhecermos que a alegria da consolação responde a profundas exigências se não de nosso espírito, pelo menos de nosso sistema nervoso [...] O romance torna-se então uma máquina gratificatória

[...] para sonhar gratificações fictícias [...] Tudo isso contrasta com uma idéia 'revolucionária' de literatura porque toda hipótese revolucionária jamais se detém em contradições periféricas mas tende imediatamente a individuar o fulcro das contradições e, para resolvê-las na raiz, postula uma subversão global da ordem dos eventos.(p.24,26)

O final feliz é tido como uma das principais características do mecanismo da consolação. Bosi (1992), relembra que é um dos artifícios mais usados na indústria cultural, ao referir-se a programas de televisão ou produção de textos, mais especificamente, as revistas em quadrinhos lidas pelos adolescentes e também as revistas femininas populares e de classe média. Tudo que é posto em crise, através de uma dosagem de realismo e conservadorismo ao mesmo tempo, é reestruturado no final. O conteúdo excitante, que instiga o desejo de ver, que mexe com emoções primárias, é aplacado no *'happy end'*. Coloca ainda um dado importante: "atingem a tiragem de 500 mil exemplares semanais, com mais de um milhão de leitoras virtuais." (p.320)

Outra particularidade da literatura de massa é a tipologia do reconhecimento, recurso muito utilizado e que pode acontecer de diversas formas: uma personagem cai das nuvens diante de uma revelação, mas o leitor já sabia o que estava acontecendo; um pai, ou uma filha, só depois de adultos e de certo convívio assim se reconhecem, mas o leitor também já sabia; o expediente de introduzir na trama uma pessoa misteriosa, na qual o leitor, que deveria ignorá-lo, já reconhece o Senhor X. É um recurso de que o leitor gosta muito, pois dá-lhe a impressão de que desbaratou o enigma antes do que deveria. Denominada por Eco (1991) de tipologia da agnição, "a categoria geral do reconhecimento degradado, repetitivo, inútil ou falso constitui, portanto, artifício mercantil justificado pela ideologia consolatória do romance popular." (p.37)

Em contrapartida a essas críticas, os meios de comunicação de massa são avaliados positivamente por outros autores, que os consideram instrumentos da democracia, que podem também veicular valores das classes subalternas. Segundo as visões mais otimistas, afirma-se que os meios de comunicação de massa podem ajudar na solução de problemas metafísicos; em se tratando de produtos mais baratos e acessíveis, podem promover a cultura e a instrução, além de proporcionar lazer e descontração para uma grande parte da população. É verdade que o texto propõe, maciça e indiscriminadamente, vários elementos de informação, não se fazendo qualquer distinção entre eles; mas não se pode afirmar que a explosão de informação 'forma' o sujeito conforme um objetivo previamente traçado. Seria uma concepção muito simplista da natureza humana pensar que o acúmulo de informações, que a quantidade, não possa se converter em qualidade, pois assim se estaria suprimindo o maior valor de um sujeito, tirando sua capacidade de raciocínio, discernimento e síntese. Ao se criticar a homogeneização dos gostos, pode-se também interpretar que ela contribui, em última instância e, no mínimo, para nivelar certas diferenças de castas.

Os leitores se interessam por determinados textos e não por outros. Qualquer escolha tem caráter seletivo, próprio do indivíduo. Há portanto diversidade, tanto nas

instâncias da produção como na da recepção, que escapa a qualquer imposição. Interessante é a observação de Escarpit (1958) de que em todas as camadas da sociedade, o comportamento de escolha das leitoras é mais homogêneo do que o dos homens. Essa homogeneidade da leitura feminina se deve ao estilo de vida relativamente uniforme da mulher, ou seja: os cuidados com os afazeres domésticos e com as crianças, aliados normalmente a atividades profissionais, que recortam a vida feminina em um padrão análogo, dentro de todas as classes sociais e em todas as regiões.

Nenhum texto pode ser taxado como alienante, ou indutor de determinada doutrina. A percepção do leitor é totalmente diferente da do crítico, pois ambos vivem de maneiras diferentes e percebem de modo diverso o discurso do que é novo e do que é repetido. Um texto bem simples pode ser questionador para um leitor, enquanto um texto elaborado, direcionado, pode não lhe dizer nada. Não procede a suposição de que qualidades como inclusividade, complexidade e importância sejam elementos constitutivos do discurso informativo porque, embora possam em certos contextos ser condições necessárias para se chegar a uma exposição satisfatória dos fatos descritos, não representam porém condições suficientes para caracterizar o discurso como informativo. Essa afirmativa é de Olsen (1979), que prossegue, esclarecendo que uma descrição pode muito bem ser complexa (num sentido positivo), coerente e interessante (em oposição ao trivial), e ser admirada exatamente por essas qualidades. E pode ser verdadeira, mas também pode ser falsa. A apreciação da verdade de um discurso pode exigir uma apreciação de sua complexidade e importância, mas a identificação dessas qualidades de pensamento não nos obriga à interpretação de um discurso como informativo. Embora tal interpretação corresponda a vê-lo como um fim para um meio, isto é, como servindo ao objetivo do autor de modificar ou reforçar as convicções de alguém, a identificação de qualidades como complexidade, coerência e importância se pode fazer sem referência à sua intenção.

Os textos não são neutros, esta afirmação é clara. Mas é ainda uma questão polêmica a interpretação e a absorção ou não do discurso subjacente. Não é possível prever o sentido que o leitor atribuirá, pode-se apenas afirmar que isso dependerá da sua subjetividade. Ocorre então outra indagação, aqui vista como decorrência da anterior: a leitura de romances pode ajudar a resolver problemas metafísicos? É interessante imaginar se o mundo da ficção pode estruturar a realidade, propiciar a organização do mundo real; se, através da ficção, alguma coisa pode ser acrescentada à bagagem informacional do leitor e se este reutiliza posteriormente o que foi incorporado pela leitura. Na verdade, o que se está propondo é o inverso do que se diz tradicionalmente: que a literatura é alimentada pela vida real.

É possível haver um jogo de referências entre os dois contextos: nesta dinâmica não existem barreiras que impeçam a sua circulação. É sabido que as pessoas promovem um movimento circular contínuo entre o imaginário e o real - daí a explicação do sucesso incontestado dos romances. O texto possuiria uma espécie de cumplicidade com o leitor. Tomando a metafísica por princípio, a cumplicidade teria

como tarefa trazer à luz as múltiplas referências arquivadas no repertório textual do leitor, expondo a ele possibilidades de decisão, de discernimento; a leitura exerceria o papel de agente fomentador da reflexão e da tomada de decisão, através da crítica reflexiva sobre as obras lidas. O ato de retorno sobre si mesmo, na busca de informações previamente armazenadas, poderia levantar consciente ou inconscientemente passagens específicas de algum texto, trazendo à baila dados classificados sobre o mesmo assunto, independentemente da fonte. A partir do cotejo com as informações disponíveis, a leitura, então, estaria também apontando possibilidades de ação na existência do leitor.

Já dissera Gramsci (1968), que “o romance de folhetim substitui (e ao mesmo tempo favorece) o fantasiar do homem do povo, é um sonhar de olhos abertos [...] existem todos os elementos para alimentar estas fantasias e, por conseguinte, para administrar um narcótico que acalme a sensação de dor.” (p.173-4). Mas a história mostrou que o folhetim seriado não era lido só pelas classes populares. Os jornais eram burgueses e associados à elite. Por extensão, pode-se dizer o mesmo dos romances folhetins que, como dizia Gramsci, fazia ‘sonhar de olhos abertos’, estimulou leituras mais produtivas e até mesmo tomada de consciência por parte dos sonhadores, observa Eco (1991). Referindo-se particularmente aos *Mistérios de Paris*, esclarece que o problema é muito sutil. Ocorre que as mensagens dentro de um circuito de massa são lidas em claves diferentes.

Se para alguns representam uma genérica mensagem de fraternidade, se para os burgueses perspicazes apresentaram-se como um protesto que não tocava o fundo das coisas, não podemos excluir que para outros, para muitíssimos, tenham constituído o primeiro grito de revolta formulado de modo acessível e imediato. Que fosse revolta ambígua e mistificada, não importa; isso são sutilezas de filósofo; para alguns permaneceu apenas o grito, o dedo de Sue apontado para o escândalo da miséria. As idéias, embora equivocadas, uma vez difundidas, caminham sozinhas. Jamais se sabe exatamente onde irão parar.(p.57)

Outra prova de que os folhetins e romances sociais e históricos desempenhavam uma função democrática foi a promulgação na França, em 1850, da reacionária Lei Riancey, com a qual se taxavam os jornais que publicassem folhetins. Tal medida prenunciava o golpe de estado que sobreveio em dezembro do mesmo ano, fazendo renascer o império na França. O folhetim, considerado um canal difusor de idéias a respeito dos problemas sociais, foi então proibido, atingindo e retaliando escritores como Dumas e Sue, tendo este último sido deportado daquele país. Os heróis dos folhetins não são mais os paladinos da luta social, conforme perspectiva de Marx e Gramsci. Não reparam injustiças, não subvertem a ordem da sociedade, tendem mais para ações caritativas. Mas, expõem problemas e retratam situações realistas como as desigualdades sociais, a criminalidade e o cotidiano das classes populares. “A crítica aparece como um discurso da história, isto é, como algo externo à ficção,

que penetra no texto com foros de informação verdadeira”, conclui Sodré (1985, p.16).

Para Elias (1994), os livros possuem um papel inestimável por retratarem e trazerem até a data de hoje a história social de determinada época:

[...]a representação da vida de classes mais amplas que devemos a escritores perpassa uma linha direta de tradição, caracterizada precisamente por essa lucidez de observação, essa capacidade de ver a pessoa em todo seu contexto social e compreendê-la através dele. A figura individual jamais é artificialmente isolada do tecido de sua existência social, de sua dependência simples aos demais. Por isso mesmo, a atmosfera e a plasticidade da experiência real nunca se perdem nas descrições.(p.229)

Porém, ainda fica faltando um elo importante: como o leitor processa, como incorpora uma informação que lhe é apresentada através da ficção. Apoiando na observação e em testemunhos, pode-se dizer que uma possibilidade acontece quando determinada leitura desencadeia no leitor uma reação de êxtase quase explosivo, ao relatar alguma informação que vai de encontro a algo que permanecia latente no seu âmago. A satisfação se estabelece e o leitor pode assim absorver a informação que o texto expressa com perfeição, aquilo que se engendrava na sua consciência, mas que ele não conseguia expressar em palavras. Pitigrilli³, citado por Eco (1991), descreve muito bem essa sensação:

Assim também nos livros: o leitor que não tem idéias ou que as tem em estado amorfo, quando encontra uma frase pitoresca, fosforescente e explosiva, enamora-se dela, adota-a, comenta-a com um ponto de exclamação, com um ‘muito bem!’, um ‘certo!’, como se ele a tivesse sempre pensado assim, e aquela frase fosse o estrato quintessencial do seu modo de pensar, do seu sistema filosófico. Ele ‘toma posição’.(p.134)

É indubitável que a leitura só causa alguma reação no leitor se for de encontro aos seus anseios, seu contexto, seu repertório informacional. Para problematizar essa afirmativa: será que a leitura utiliza a retórica aqui entendida no sentido conferido por Aristóteles como a arte que deve persuadir apoiando-se nos *endoxa*, isto é, em coisas que a maioria das pessoas pensa para implantar raciocínios confiáveis? Nesse esquema, estar-se-ia novamente igualando as pessoas, menosprezando a sua subjetividade, invalidando a afirmação de que um determinado leitor se localiza em dimensão diferente de outro que lê o mesmo texto.

Tal pensamento remete a uma classificação apresentada por Chartier (1994), concernente ao estilo de leitura. Na segunda metade do século XVIII, à leitura ‘intensiva’ sucede outra, qualificada de leitura ‘extensiva’. O leitor intensivo era confina-

3 Pitigrilli, Dino Segre. *Dicionário antibalístico*. [s.n.t.] 1953.

do a uma quantidade pequena de livros, restando-lhe o recurso de relê-los, decorá-los, recitá-los e até memorizá-los, transmitindo seus conteúdos de geração em geração. O assunto abordado também não era dos mais variados; normalmente se prendiam à vida religiosa e a temas da autoridade. Já o leitor extensivo, possível após a democratização da leitura e a proliferação do material impresso, é dominado pela 'fúria' de ler e exerce uma atividade crítica. Mas tal diagnóstico, conforme o próprio Chartier, pode ser questionado. Numerosos foram os leitores extensivos em tempos de leitura intensiva. Reuniam-se em grupo, discutiam o conteúdo das obras, acumulavam suas leituras com as novas idéias para compor outros cadernos. O inverso é mais verdadeiro ainda: nos tempos da revolução da leitura, como na atualidade, detecta-se uma tendência restritiva de alguns segmentos de leitores. Ao se atarem somente a romances, relembram a prática da leitura intensiva, que memoriza os textos tornados familiares, podendo-se dizer que estes são mais reconhecidos do que descobertos.

Discorrendo sobre a 'apropriação' da leitura, Chartier (1990) enfatiza que a história das práticas culturais reconstrói trajetórias complexas das idéias, que circulavam entre a palavra proferida e o texto escrito, da escrita lida aos gestos feitos, do livro impresso à palavra leitora. A noção de apropriação permite pensar:

[...]as diferenças na divisão, porque postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção [...] Pensar deste modo as apropriações culturais permite também que não se considerem totalmente eficazes e radicalmente aculturantes os textos ou as palavras que pretendem moldar os pensamentos e as condutas. As práticas que deles se apoderam são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de forma alguma redutíveis à vontade dos produtores de discursos e de normas. O ato de leitura não pode de maneira nenhuma ser anulado no próprio texto, nem os comportamentos vividos nas interdições e nos preceitos que pretendem regulá-los. A aceitação das mensagens e dos modelos opera-se sempre através de ordenamentos, de desvios, de reempregos singulares que são o objeto fundamental da história cultural.(p.136)

As noções de apropriação de Chartier coincidem com as expostas por Bourdieu (1979), Gans (1975) e MacDonald (1962), ao se referirem ao gosto, à propensão e à aptidão para o consumo de bens culturais, que se dão segundo o nível de instrução e não à classe à qual pertence o sujeito. Os autores afirmam que práticas contrastantes devem ser entendidas como concorrências, que as suas diferenças são organizadas pelas estratégias de distinção ou de imitação e que os empregos diversos dos mesmos bens culturais se enraízam nas disposições de normas de cada grupo.

Quanto à tendência, dominante, em trabalhos publicados até o final da década de 70, de considerar a literatura de massa como transmissora das ideologias reformistas do poder, as afirmações não conseguem, não chegam a comprovar, com certeza, o efeito que o romance produz. Com isso, acaba-se comprovando o contrário, este sim, tendo consenso: ainda não se pode afirmar com certeza os efeitos ocasionados pela leitura. Chega-se a essa constatação pela incoerência de autores renomados afirmarem que os romances privilegiam o conservadorismo, enquanto outros, também renomados, confirmam que os mesmos tiveram um papel importante na construção da consciência operária. Balzac é tido como um escritor conservador, mas é citado por Lukács e Gramsci, por discorrer com primor sobre a sociedade burguesa. Eugène Sue era dândi, mas se sensibilizava ao escrever e trocar experiências com os seus leitores advindos da classe operária e se tornou deputado socialista; no entanto, foi rechaçado por Marx. Poder-se-ia também citar como exemplo a trajetória das idéias transmitidas pela obra de Umberto Eco, onde se nota uma mudança, refletida no abrandamento da crítica às publicações populares. Em *Seis passeios pelos bosques da ficção* (1994), Eco publica palestras que giram em torno de uma crítica bem mais suave sobre essas publicações, do que em relação a *Apocalípticos e integrados* (c1977) e *O Super Homem de massa* (c1978), por exemplo. É verdade que Eco nunca deixou de demonstrar um certo fascínio ao discorrer sobre os textos que encantam o imaginário dos leitores de romances populares. Crítico do mito transmitido pelos heróis, no romance *O nome da rosa* cria uma personagem que deslinda todos os mistérios, no mais refinado estilo sherloquiano, protagonizado, no cinema, pelo artista que encarna o mitológico Agente 007, Sean Connery.

Enfim, seja como forma de lazer, para adquirir conhecimentos, cultura ou educar-se, o interessante é o resultado. Como na interseção da lógica booleana, as variáveis do prazer da leitura, da comoção identificatória, da satisfação de uma curiosidade, ou do gosto pela repetição transformar-se-ão em novo conhecimento, fruto da interação do texto com o contexto. Nenhum leitor vem ao texto sem histórico, traz consigo experiências que são determinadas pela sua vivência e seu modo de ver os fatos. O leitor apreende o conteúdo de um texto em sua consciência e o transforma, como em processos simbióticos. Pode inclusive acontecer como resultado, a partir do processamento das novas informações trazidas pelo texto, mudanças de conceitos anteriormente introjetados e aceitos pelo leitor.

Demonstra os argumentos defendidos pelas linhas dicotômicas de estudiosos dos efeitos da literatura de massa: a primeira, que taxa-a de alienadora, conduz à acomodação. A outra ala, em contrapartida, ameniza esses efeitos, afirmando que por mais ínfima que seja, toda leitura acrescenta algo à bagagem de conhecimentos do leitor, de acordo com a sua vivência. Apresenta fundamentação teórica de autores que pesquisam a literatura de massa, destacando a trajetória dos romances folhetinescos na sociedade ocidental e o papel exercido na divulgação de problemas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W., HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p.113-156: A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction; critique social de jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- - -. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília. Editora da UnB, 1994.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- - -. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- - -. *O Super-homem de massa: retórica e ideologia no romance popular*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. v.2.
- ESCARPIT, Robert. *Sociologie de la littérature*. Paris: Presses Universitaires de France, 1958.
- GANS, Herbert. *Popular culture and high culture: an analysis and evaluation of taste*. New York: Basic Books, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. *Cultura y literatura*. 2.ed. Barcelona: Edicions 62, 1968. p.167-199: Literatura popular.
- MACDONALD, Dwight. "Uma teoria da cultura de massa". In: ROSENBERG, Bernard (Org.), WHITE, David Manning (Org.). *Cultura de massa: as artes populares nos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1973. p.77-93.
- OLSEN, Stein Haugom. *A estrutura do entendimento literário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SODRÉ, Muniz. *Best-seller: a literatura de mercado*. São Paulo: Ática, 1985.
- STEIN, Gérard. "'Drácula' ou la circulation du 'sans'". *Littérature*, Paris, n.8, p.84-99, 1972.
- SUE, Eugène. *Les mystères de Paris*. Paris: R. Laffont, 1991.
- O SUCESSO do marketing popular. *Marketing* São Paulo, n.192, p.30-41, set. 1989.
- ZÉRAFFA, Michel. *Roman et société*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.

